SBPC AFROINDÍGENA

Conferencista: Ricardo Weibe Nascimento Costa (Weibe Tapeba)

Tema: **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A DIVERSIDADE ÉTNICA E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIENTÍFICO DE COMUNIDADES INDÍGENAS: UMA VISÃO INTERNA**

Ao longo da história do Brasil, os povos indígenas tiveram uma posição de inferioridade quanto a relação com o Estado Brasileiro e as políticas públicas desenvolvidas no território nacional. A historiografia oficial brasileira aponta para estágios diferentes que regulam e caracterizam a relação do estado Brasileiro com os povos indígenas e suas instâncias de representações sociopolíticas. A primeira delas diz respeito aos indígenas como “seres inferiores” e por tanto o “Estado Nacional” imprimiu imposições quanto a “cultura majoritária”, com características essencialmente eurocêntricas junto as Comunidades e Povos Indígenas. Essas imposições se deram especialmente por meio da religião, língua e costumes ocidentais outros, que tinham como objetivo principal o extermínio da diversidade dos povos indígenas do Brasil. Não é à toa que diversos povos indígenas foram dizimados e os que sobreviveram passaram a se relacionar de forma conflituosa com os colonizadores. O segundo estágio na história do Brasil que trata da relação dos Povos Indígenas com o Estado Nacional passou pelo aspecto da tutela, aonde o Estado e suas instituições e instrumentos outros, exercia a função de tutela junto aos indígenas. A considerada “incapacidade dos povos indígenas”, esteve formalmente previsto inclusive no antigo Código Civil Brasileiro. Instâncias como o Serviço de Proteção ao Índio – SPI que deu lugar a Fundação Nacional do Índio no ano de 1967 foi o principal instrumento de tutela dos Povos Indígenas pelo Estado Brasileiro. A ausência de autonomia dos Povos Indígenas frente ao Estado Brasileiro comprometeu de forma significativa a proteção social e a efetivação de políticas públicas junto aos Territórios Indígenas. Essa situação só teve mudanças significativas com o advento da Constituição Federal de 1988, considerado aqui por mim, como o terceiro estágio nessa relação dos Povos Indígenas com o Estado Brasileiro, que assegurou aos povos indígenas a sua autonomia e o acesso a todos os direitos sociais também consagrados no texto constitucional. De 88 para cá, os Povos Indígenas tem se esforçado e lutado pela implementação de políticas públicas condizentes com as suas diversas formas de organização social, usos, costumes e tradições.

As políticas públicas são direitos fundamentais e visam atender os aspectos indispensáveis para uma vida plena de dignidade. As lideranças indígenas, organizações e demais instâncias de representação dos Povos Indígenas, ao longo de sua história tem atuado na promoção dos direitos fundamentais e na

pretensão de incidir na elaboração de políticas públicas que garantam o mínimo existencial para uma vida de qualidade das populações indígenas.

Os povos indígenas por todos os aspectos especiais de seu modo de vida lutam pela efetivação daquilo que a Constituição Federal de 1988 estabelece, ou seja que o Estado proteja os seus territórios e populações objetivando a sua reprodução física e cultural. Portanto, é dever do Estado garantir dentre outros direitos uma saúde, educação, segurança alimentar, previdência social, cultura, esporte e lazer que levem em consideração as características diferenciadas dos povos indígenas.

O cenário político do Brasil aponta para um quarto estágio na relação dos Povos Indígenas com o Estado Brasileiro. Essa análise se dá pelo fato do próprio Estado Brasileiro, por meio de suas principais instituições terem nos últimos anos e especialmente no ano vindouro terem ocupado uma posição estratégica na violação dos direitos indígenas até aqui conquistados. A educação escolar indígena é prova disso, tendo o Governo Federal excluído da estrutura do MEC a Secretaria de Diversidade que tratava justamente dessa política pública. A Política de Saúde Indígena também tem recebido ataques e ameaças do próprio Governo Federal. Há outras áreas como meio ambiente e principalmente a Política de Demarcação de Terras Indígenas que têm recebido ataques pessoais do próprio presidente da República, fato que leva o Brasil e os povos indígenas para um cenário de alerta. Esse cenário deve provocar uma intensificação nos conflitos nos campos e territórios indígenas, criminalização de lideranças indígenas e aumento nas diversas formas de degradação ambiental dos Territórios Indígenas no Brasil, em flagrante descumprimento a Constituição federal, nossas leis internas do nosso país e dos tratados internacionais no qual o Brasil é signatário.

Caucaia-CE, 11 de Agosto de 2019.